

RECORTE - REVISTA DE LINGUAGEM, CULTURA E DISCURSO

ANO 2 - NÚMERO 3 - JULHO A DEZEMBRO DE 2005

[início](#)

MODALIDADE E CONDICIONALIDADE NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Lilian Vieira Ferrari
UFRJ.

ABSTRACT: This paper investigates the relation between modality and conditionality in brazilian portuguese. The analysis focused on conditional constructions drawn from spontaneous conversation, and it is argued that specific constructional frames indicate the force dynamics involved on the establishment of assertive and directive speech acts.

A investigação da condicionalidade, em termos de sua procedência diacrônica ou de suas propriedades formais e/ou semântico-pragmáticas, já foi realizada por estudos alinhados a diversas abordagens teóricas (AUSTIN 1961, HAIMAN 1978, 1986, COMRIE 1986, SWEETSER 1990, CUTRER 1994, DANCYGIER & SWEETSER 1996, DANCYGIER 1998). Dentro de uma perspectiva cognitivista, o trabalho de Sweetser (1990) é particularmente significativo, na medida em que demonstra que a ocorrência de construções condicionais em três domínios específicos – de conteúdo, epistêmico e pragmático - não é casual, mas reflete processos de natureza figurativa, que possibilitam mapeamentos cognitivos específicos, semelhantes aos que ocorrem com outras construções sintáticas em inglês, tais como verbos de percepção, construções coordenadas e subordinadas, além de verbos modais.

A proposta do presente trabalho é argumentar que as construções condicionais não apenas operam em domínios semelhantes aos dos verbos modais e outros fenômenos polissêmicos, mas também constituem uma das expressões do conceito semântico mais geral de MODALIDADE (TALMY 1981, 1988, SWEETSER 1990). A partir de uma análise sociocognitiva das construções condicionais que ocorreram em conversação espontânea no português do Brasil, pretende-se demonstrar que essas construções podem envolver as noções semânticas de *imposição de força e remoção de barreira no domínio sócio-interacional*.

O artigo está organizado em quatro seções principais. A seção 2 trata das condicionais no português do Brasil, discutindo sua atuação em domínios distintos. Na seção 3, argumenta-se que as construções condicionais são construtoras de espaços mentais, nos termos propostos por Fauconnier (1994, 1997), Sweetser (1996), Cutrer (1994), enfocando-se distinções decorrentes de

escolhas modo-temporais. A seção 4 apresenta a noção de construção gramatical, especificando os tipos de construções condicionais enfocadas na pesquisa. A seção 5 aborda as relações entre modalidade e condicionalidade, propondo que a abstratização das noções de *imposição de força e de remoção de barreira* mostra-se relevante para a explicação do papel cognitivo-interacional das construções condicionais pragmáticas no Português do Brasil.

1. CONDICIONAIS E DOMÍNIOS COGNITIVOS

O uso de condicionais nas línguas naturais não é idêntico à implicação material definida pelos lógicos, como demonstraram os trabalhos de Austin (1961), Haiman (1978) e Comrie (1986). Do ponto de vista da lógica, por exemplo, uma condicional só é falsa, se o antecedente for verdadeiro e o conseqüente for falso. Entretanto, os falantes de línguas naturais requerem mais do que valores-verdade apropriados para considerarem as condicionais como bem-formadas. Nesse sentido, condicionais logicamente bem formadas podem ser julgadas estranhas no uso lingüístico, como é o caso do exemplo abaixo:

(1) Se Brasília é a capital do Brasil, (então) três é um número ímpar.

O que se verifica é que o uso de condicionais nas línguas naturais requer que os eventos descritos na prótase e na apódose sejam *relacionados*. A estranheza do exemplo acima deve-se, portanto, ao fato de ser difícil imaginar uma relação entre os eventos apresentados.

Sweetser (1990) assinala que, em condicionais do tipo “Se p, (então) q”, o evento p é uma condição suficiente para a ocorrência do evento q. Segundo a autora, a noção de “suficiente” é estabelecida levando-se em conta o mundo real, não possuindo o sentido lógico de “(necessário e) suficiente”. Embora muitas vezes as condicionais sugiram uma leitura do tipo “se e somente se”, essa leitura resulta de uma implicatura conversacional.

De qualquer forma, como as noções de “necessidade” e “suficiência” vinculam-se à semântica da causalidade, verifica-se que as construções condicionais são projeções virtuais de manifestações causais diretas. Tais projeções, por sua vez, podem atuar em três domínios distintos: de conteúdo, epistêmico e pragmático.

No domínio de conteúdo, a condicional indica que a realização do evento ou estado de coisas descrito na prótase é uma condição suficiente para a realização do evento ou estado de coisas descrito na apódose, como ilustra o exemplo a seguir:

(2) Se Pedro ligar, sua namorada ficará feliz.

A sentença acima sugere que se o estado de coisas no mundo real incluir o telefonema de Pedro, então também incluirá o sentimento de felicidade de sua namorada. A conexão entre antecedente e conseqüente é causal.

Na medida em que as construções gramaticais são pareamentos singulares de forma e significado, vale ressaltar que o contexto pragmático e a forma lingüística podem sinalizar a maior ou menor probabilidade de ocorrência da condição suficiente apontada na prótase. No exemplo abaixo, a forma verbal sinaliza contrafactualidade¹:

(3) Se eu fosse você, estudaria lingüística.

Tanto o pretérito imperfeito do subjuntivo na prótase quanto o futuro do pretérito do indicativo na apódose definem os eventos apresentados como altamente hipotéticos. A relação marcada pela condicional, no entanto, permanece a mesma: o preenchimento da prótase, provável ou improvável, é uma condição suficiente para o preenchimento da apódose. No caso do exemplo (3), a condição suficiente sugere antes uma HABILITAÇÃO do que uma CAUSA 2 .

De qualquer forma, causalidade e habilitação são tratadas de forma semelhante lingüisticamente. O que importa é que tanto a habilitação hipotética quanto a causa hipotética podem ser antecedentes suficientes para o preenchimento de um evento conseqüente.

No domínio epistêmico , as condicionais expressam a idéia de que o conhecimento da verdade da premissa hipotética expressa na prótase seria uma condição suficiente para concluir a verdade da proposição expressa na apódose. Observemos o exemplo a seguir:

(4) Se Maria não compareceu à reunião, (então) ela está querendo irritar seu chefe.

Presumivelmente, no exemplo acima, há um conhecimento compartilhado que faz com que a verdade do fato de que “Maria não compareceu à reunião” seja suficiente para permitir a conclusão de que a proposição “ela está querendo irritar seu chefe” também seja verdadeira.

A ligação causal estabelecida em (4) certamente não ocorre em nível de conteúdo, mas sim em nível epistêmico: o conhecimento causa a conclusão.

No domínio pragmático , as condicionais expressam a realização de um ato de fala representado na apódose com base no preenchimento do estado descrito na prótase. Tal estado HABILITA ou CAUSA o ato de fala subseqüente.

Desse modo, atos de fala tais como afirmações, perguntas e pedidos podem ser estabelecidos condicionalmente, como ilustram os exemplos abaixo:

(5) Se você me permite, essa idéia não faz o menor sentido.

(6) Se for possível, me telefone hoje à tarde.

(7) Se não for indelicado perguntar, o que fez você sair da Petrobrás?

Vale destacar que as condicionais acima constituem recursos de polidez, que permitem que o interlocutor tenha algum espaço de recusa em relação aos atos de fala propostos. Através dessas construções, as condições apropriadas para a realização dos atos de fala em questão são abertamente checadas. Nesses casos, a máxima “Dê opções” (R. LAKOFF, 1973) evita a aceitação imposta de uma opinião em (5), a realização forçada de um pedido em (6) ou a resposta obrigatória a uma pergunta em (7).

A respeito das condicionais pragmáticas, Sweetser (1990, p.120) resume: “It is my belief that all such cases are inherently Gricean (or Searlean), in that the conditional protases in question invariably refer to some relevance condition or felicity condition of the relevant speech-act” 3 .

Por exemplo, no caso de ofertas , a condição de felicidade seria a aceitação potencial da mesma; por outro lado, no caso de perguntas , o ouvinte deve presumivelmente saber a resposta (SEARLE, 1969). Observe os exemplos abaixo:

(8) Se você quiser, tem biscoito no armário.

(9) Se você estudou matemática, qual a raiz quadrada de 25?

No exemplo (8), a condicional verifica a aceitação potencial da oferta, estabelecendo-se uma conexão entre querer o biscoito e aceitá-lo. No exemplo (9), a condicional checa o pré-requisito para que o ouvinte saiba a resposta à pergunta emitida.

É interessante notar que, no caso das condicionais pragmáticas, há uma ambivalência inerente: a condicional garante a remoção de uma barreira potencial à realização dos atos de fala por parte do falante, ao mesmo tempo em que atua como imposição de força sobre o interlocutor para a realização das ações relevantes.

Além do estabelecimento dos domínios de atuação das condicionais, os estudos têm feito menção a uma importante noção relacionada ao tempo verbal expresso na prótase: a postura epistêmica. O termo foi inicialmente definido por Fillmore, como a suposição do falante sobre a realidade da prótase. Portanto, a postura epistêmica sinaliza:

the epistemic relationship which the speaker has to the world represented by the conditional sentence: the speaker might regard it as the actual world, might regard it as distinct from the actual world, or might not know whether the alternative world represented in the conditional sentences is the actual world or not. (1990, p.142) 4

Os exemplos abaixo ilustram essas possibilidades:

(10) Se Pedro está com fome (como você diz que ele está), ele vai repetir. (11) (Eu não sei, mas) se Pedro estiver com fome, ele vai repetir.

(12) Se Pedro estivesse com fome, ele iria repetir.

Em (10), o falante identifica-se com a prótase, tomando-a como verdadeira. A postura epistêmica é real ou assumida. Em (11), o falante não se identifica nem com a verdade nem com a falsidade da prótase. Em (12), o falante identifica-se com a não-veracidade da prótase. A postura epistêmica é contrafactual ou contrária às expectativas. 5

2. CONDICIONAIS E ESPAÇOS MENTAIS

Na teoria dos espaços mentais, a compreensão e a produção da linguagem envolvem a construção de domínios cognitivos organizados e interconectados, que são independentes da linguagem, mas dos quais a linguagem depende para a interpretação do significado. As expressões lingüísticas são concebidas como manifestações superficiais dessas construções subjacentes, altamente abstratas; as sentenças fornecem instruções parciais e altamente sub-especificadas para: a construção de domínios; a subdivisão e a partição da informação em diferentes domínios; a estruturação dos elementos e relações dentro de cada domínio; e a construção das conexões entre elementos em domínios diferentes e conexões entre esses mesmos domínios.

A interpretação do discurso resulta da construção de uma configuração de espaços hierarquicamente relacionados e interconectados. À medida que cada sentença do discurso é processada, a configuração de espaços é dinamicamente atualizada, baseada em pistas lexicais e gramaticais fornecidas pela sentença.

Os espaços são pragmaticamente elaborados pelo conhecimento subjacente formatado em “frames” 6 e Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs) (LAKOFF, 1987). Além disso, são também elaborados por processos de

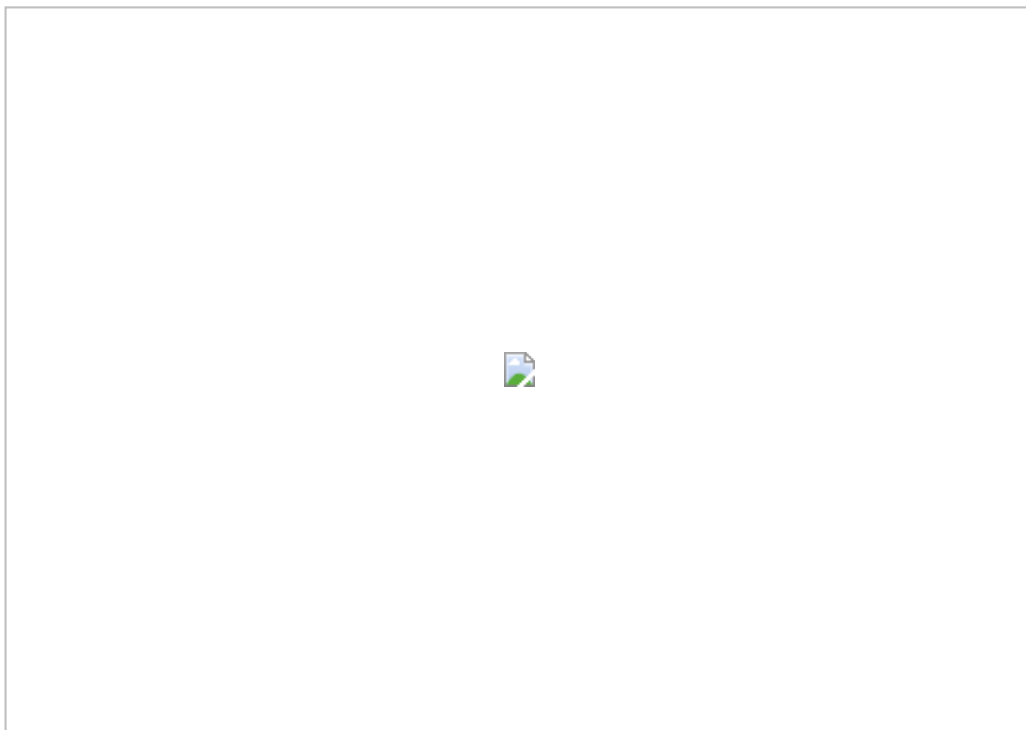
inferenciação e raciocínio.

Com o desenrolar do discurso, novos espaços são criados como resultados de pistas fornecidas por “construtores de espaços” (*space-builders*), por marcadores gramaticais tais como tempo e modo, ou por informação pragmática. Os construtores de espaços apresentam-se de formas variadas: sintagmas preposicionais, conectivos, cláusulas que exigem complementos, etc (por exemplo, *na foto, em 1995, na escola, se ____ , Rogério disse que ____ , João acredita que ____.*).

No caso das condicionais, verifica-se a criação de uma configuração de espaços que serve como um tipo de moldura informacional com potencial dedutivo. Neste trabalho, enfocaremos dois tipos de construções condicionais contrastantes quanto às escolhas modo-temporais na prótase: as que apresentam o presente do indicativo e as que utilizam o futuro do subjuntivo.

Observemos a representação do exemplo (10), repetido a seguir:

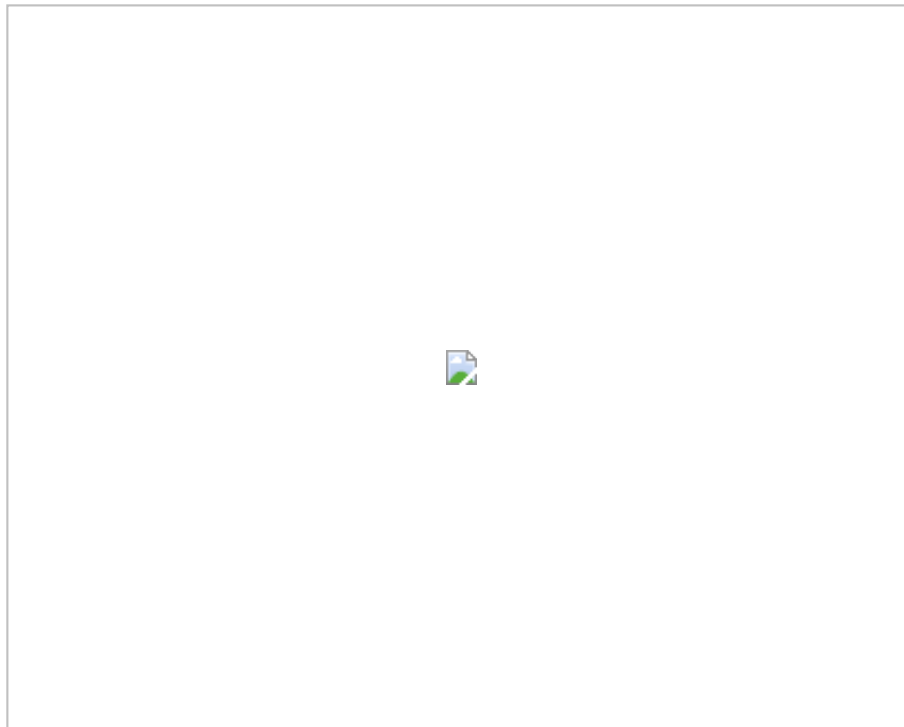
(10) Se Pedro está com fome, ele vai repetir.



No exemplo acima, um espaço hipotético é criado, em relação ao qual o falante adota uma postura epistêmica positiva (assumindo, portanto, a facticidade do evento descrito). Assim, uma predição é feita a partir do PONTO DE VISTA do espaço hipotético no qual o FATO tem lugar. Para a interpretação da prótase, o ponto de vista é a base, mas para a interpretação da apódose o ponto de vista muda para o espaço hipotético.

No caso do exemplo (11), a representação seria semelhante, alterando-se apenas a postura epistêmica do falante em relação ao conteúdo da prótase:

(11) Se Pedro estiver com fome, ele vai repetir.



No exemplo acima, um espaço hipotético é criado, em relação ao qual o falante adota uma postura epistêmica neutra (o falante não se identifica com P nem com ~P). Assim, tal como nas condicionais de presente, uma predição é feita a partir do PUNTO DE VISTA do espaço hipotético. Entretanto, nas condicionais com o futuro do subjuntivo, o conteúdo da prótase não é assumido como real, mas mantido como uma possibilidade.

3. A NOÇÃO DE CONSTRUÇÃO GRAMATICAL

O ponto de vista adotado pela lingüística cognitiva é o de que o conhecimento que o falante tem de uma língua é caracterizado como um inventário estruturado de unidades convencionais (LANGACKER, 1987). Tais unidades incluem morfemas, palavras, sintagmas e esquemas genéricos que descrevem os padrões gramaticais convencionais, utilizados, inclusive, para a criação de sentenças e sintagmas novos. Os esquemas são adquiridos através da exposição às expressões reais que os instanciam.

Nessa concepção de gramática, as construções gramaticais (representadas esquematicamente) são unidades lingüísticas plenas, que consistem de uma integração bipolar de duas ou mais estruturas componentes para formar expressões compostas (FILLMORE & KAY 1993, GOLDBERG 1995). Se considerarmos a palavra “*ervilhas*”, por exemplo, podemos observar que constitui uma unidade simbólica, na medida em que integra duas estruturas bipolares componentes, a saber:

[[ervilha]- [tipo particular de objeto discreto]] – [[s] / [replicação]]

Portanto, as unidades simbólicas consistem na associação entre unidade fonológica e unidade semântica que, por sua vez, também tem status de unidade.

As expressões compostas são incluídas na gramática de uma língua, na

proporção em que adquirem status de unidades convencionais. As regularidades na formação de expressões compostas são representadas na gramática por hierarquias de construções esquemáticas, caracterizadas em níveis apropriados de abstração; tanto os sub-esquemas quanto as expressões específicas podem instanciar um esquema particular. Por exemplo, a caracterização mais esquemática do sintagma preposicional em Português específica, simplesmente, a seqüência [P + N] (ou seja, preposição seguida de nome). Entretanto, vários sub-esquemas poderiam ser reconhecidos, tais como [P + PRON], [com + N], ou mesmo [com + PRON] (que instancia os dois anteriores). As expressões específicas *com ele*, *com ela*, etc. instanciam todos os(sub-)esquemas mencionados, tanto diretamente como através de relações elaborativas.

Tais exemplos indicam que as construções gramaticais são vistas como categorias complexas e representadas sob a forma de redes esquemáticas. O conhecimento do falante da construção de sintagma preposicional inclui não apenas um esquema de alto nível, mas também sub-esquemas, expressões específicas e relações de categorização que associam todas essas estruturas.

Para o estudo da condicionalidade no Português do Brasil, selecionamos construções gramaticais que instanciam o esquema genérico [SE P, (ENTÃO) Q]. Esse esquema realiza-se com base em vários sub-esquemas, relacionados, entre outros fatores, à seleção modo-temporal na prótase e na apódose. Neste trabalho, enfocamos construções condicionais pragmáticas que atuam como gerenciadoras de modalidade, na medida em que sinalizam imposição de força ou remoção de barreiras na interação conversacional, mais especificamente, construções que envolvem a negociação do tópico discursivo ou a realização de atos de fala diretivos. Com relação ao esquema sintático, tais construções podem ser assim representadas:

I. NEGOCIAÇÃO DE TÓPICO DISCURSIVO

a. INTRODUÇÃO DE TÓPICO

[SE SN1 V{pres do ind}...,SN1 V' {pres do ind}...]

“Se você pega o ensaio, você já tem a informação”

Vale destacar que, no esquema acima, o sujeito (SN1) da prótase é co-referencial ao sujeito da apódose; os verbos em ambas as cláusulas apresentam-se no presente do indicativo.

b. MUDANÇA DE TÓPICO

[SE D V {fut do subj}... , SN1 V' {pres do ind}...]

“Se pegar o editorial, o editorial tem um tom mais polêmico do que o ensaio .”

A construção instanciada acima contrasta com a anterior nos seguintes aspectos: a prótase apresenta-se com sujeito vazio (D), além de apresentar o verbo no futuro do subjuntivo.

II. REALIZAÇÃO DE ATOS DE FALA DIRETIVOS

c. SUGESTÃO

[SE (SN1) V {pres do ind}, (SN1) V' {imperativo}]

“Se querem proteger a saúde pública, cuidem da água e da qualidade do ar”

No esquema acima, o sujeito da prótase é co-referencial ao sujeito da apódose, e a composição modo-temporal é presente do indicativo (prótase) e imperativo (apódose),

d. PEDIDO

[SE SN1 V{fut subj}..., (SN1) V{imperativo}...]

“Se você puder, me ligue hoje à tarde”

O esquema acima, embora também apresente co-referencialidade dos sujeitos e imperativo na apódose, diferencia-se do esquema anterior por apresentar o futuro do subjuntivo na prótase.

Cada um dos sub-esquemas acima, representa um pareamento singular de forma-significado, apresentando um tipo específico de instrução cognitiva para a armação de domínios mentais.

O presente trabalho contrasta, por um lado, as construções “a” e “b”, no que se refere à negociação de tópico discursivo, por outro, as construções “c” e “d”, no que se refere à realização de atos de fala diretivos. A seleção dessas construções resultou da análise de dados conversacionais, que evidenciou grande produtividade na utilização das mesmas.

4. MODALIDADE E CONDICIONALIDADE

A teoria dos atos de fala, inicialmente formulada por Austin (1962), assume que todas as emissões, além de seus respectivos significados, realizam ações específicas (ou “fazem coisas”), através de forças específicas, os atos ilocucionários. Ao se emitir uma sentença, em virtude da FORÇA convencional a ela associada, realizam-se afirmações, ofertas, promessas, etc.

Searle (1969), através da sistematização do trabalho de Austin, propôs a existência de cinco atos de fala básicos, a saber:

(i) ASSERTIVOS - comprometem o falante com a verdade da proposição expressa. Exs.: afirmar, concluir.

(ii) DIRETIVOS - constituem tentativas do falante de levar o ouvinte a fazer algo. Exs.: ordenar, pedir, sugerir, aconselhar, avisar, convidar.

(iii) COMPROMISSIVOS - comprometem o falante com um curso de ações futuras. Exs.: prometer, ameaçar, oferecer.

(iv) EXPRESSIVOS - expressam estados psicológicos. Exs.: agradecer, parabenizar, desculpar-se.

(v) DECLARATIVOS - efetuam mudanças no estado de coisas institucionalizadas. Exs.: declarar guerra, batizar, despedir do emprego.

No que se refere às condicionais, a análise de dados conversacionais 7 evidenciou grande produtividade de condicionais pragmáticas, em que se estabelece condicionalmente um ato de fala assertivo ou diretivo.

Observou-se ainda que, em ambos os casos, há uma alternância na atribuição de caráter factual ou hipotético à prótase condicional, dependendo do tipo de estratégia interacional de que o ato de fala condicionado está a serviço.

Nesta seção, busco detalhar os aspectos cognitivos e interacionais que favorecem a perspectivização de uma condição como FATO ou como HIPÓTESE, no estabelecimento de atos de fala assertivos e diretivos.

Já vimos anteriormente que o uso do presente do indicativo sinaliza o caráter FACTUAL do espaço condicional, ao passo que a seleção do futuro do subjuntivo reflete uma postura epistêmica neutra por parte do falante, mantendo-se o caráter puramente HIPOTÉTICO desse espaço. Resta-nos, portanto, especificar sob quais circunstâncias discursivas e/ou interacionais

uma ou outra perspectiva será privilegiada.

A análise de dados conversacionais permitiu-nos estabelecer as seguintes generalizações:

I - A atribuição de caráter **factual** ao espaço condicional constitui **imposição de força** no domínio discursivo-interacional, para a realização de atos de fala:

Ia. Assertivos P Introdução do tópico discursivo.

Ib. Diretivos P Realização de *sugestões e aconselhamentos*.

II - . A atribuição de caráter **hipotético** ao espaço condicional constitui **remoção de barreira** no domínio discursivo-interacional, para a realização de atos de fala:

IIa. Assertivos P Mudança de tópico discursivo.

IIb. Diretivos P Realização de *convites e pedidos* .

Nas seções a seguir, detalharemos cada uma dessas possibilidades.

4.1 NEGOCIAÇÃO DE TÓPICO DISCURSIVO

Nos termos de Chafe (1994), o tópico discursivo pode ser definido como uma quantidade de informação que pode estar semi-ativa na consciência.

A idéia aqui é a de que a consciência ativa é incapaz de focalizar uma quantidade maior de informação do que aquela que é verbalizada como evento, estado ou referente em um única unidade de entonação. Por isso, o tópico mantém-se disponível para escaneamento pelo foco de consciência, que pode passar pelo material semi-ativo, ativando primeiro uma parte, depois outra, até que o falante decida que o tópico foi adequadamente recoberto para os fins que tem em mente.

Vale notar que nem tudo que se torna semi-ativo durante uma conversação será verbalizado. Tópicos podem surgir nas mentes dos interlocutores sem nunca serem expressos lingüisticamente. Em geral, as pessoas sempre verbalizam um tópico quando julgam que ele será de alguma forma *interessante* para seus interlocutores (CHAFE 1982, TANNEN 1989).

Uma vez que o tópico foi semi-ativado, e que o falante decidiu que ele é suficientemente interessante para ser verbalizado, como essa verbalização ocorre? Segundo Chafe (1994, p.123-8), o desenvolvimento do tópico se dá através de dois padrões principais: a *elicitação* e a *narração* . No primeiro caso, há uma seqüência de emissões breves, ou turnos, envolvendo dois ou mais interlocutores. O desenvolvimento do tópico é feito pela interação entre os falantes, embora seus papéis sejam assimétricos. O *elicitor* introduz o tópico, mas quem tem as informações interessantes são os outros participantes. No caso da *narração*, o tópico é desenvolvido por um único falante, com o mínimo de intervenção. As narrativas tendem a seguir um padrão típico que determina o seqüenciamento de idéias ativadas (LABOV & WALETZKY 1967).

É interessante destacar que os tópicos podem demonstrar uma organização hierárquica, em que tópicos maiores (*supertópicos*) envolvam os menores. Por exemplo, uma conversação pode abranger o tópico “*Caminhadas na Floresta da Tijuca*”, ou o supertópico “*Caminhadas em Florestas*” .

Na interação conversacional entre professores do Projeto Pró-Leitura em Juiz de Fora, observa-se o padrão de elicitação para desenvolvimento do

tópico. Cabe a professora-formadora introduzir os tópicos, e embora ela tenha mais informações a respeito dos mesmos que os demais professores, a estratégia adotada previamente para a interação é justamente a de levar os professores a desenvolverem tais tópicos baseados em suas práticas.

4.1.1 INTRODUÇÃO DE TÓPICO DISCURSIVO

No trecho analisado a seguir, a partir do supertópico “Gêneros textuais”, o tópico “Ensaio” é elicitado pela professora-formadora através de uma condicional. Para sinalizar a introdução do tópico, o presente do indicativo é utilizado, como demonstra a transcrição a seguir 8 :

(12) PF: **se ocê pega aqui é um ensaio**/ esse texto é um ensaio tá vendo? P1: [ahã]

PF: **cê tem informação ...**

P2: **cê já tem no ensaio/cê, cê já faz aquela reflexão...argumentativo**/ P3: [argumentativo é]

P2: que o autor vai nos levar a refletir sobre determinado assunto, mas que ele não vai fechar questão, vai...o leitor né/se questionar/

PF: é o ensaio é até mais reflexivo até

P2: [reflexivo]

PF: tem um ponto sei lá /(+) **se pegar um editorial que também é argumentativo/o editorial/ele tem um tom muito mais polêmico, enquanto texto argumentativo, do que ensaio (++) né (+)**

P3: mhm então quer dizer aí a gente vê, pelo ensaio você já vai/você já vai fazendo leitura preparando-se mais para uma reflexão (2.2) né isso?

PF: é (+) na verdade quando você pe/ é pega um texto argumentativo do tipo ensaio (++) é quando você lê a informação aqui né/ de que esse texto é um ensaio/cê fala: ôpa eu vou ler um texto (++) eu vou ler um texto de opinião (+)

P3: [ahã]

O trecho acima inicia-se com a introdução do tópico pela professora-formadora através da condicional com o verbo no presente do indicativo tanto na prótase quanto na apódose; os sujeitos são co-referenciais (*você*). No entanto, ao citar outro tipo de texto argumentativo, o editorial, a professora utiliza-se de outra construção, em que se verifica o uso do futuro do subjuntivo na prótase (com sujeito vazio). Verifica-se, portanto, que essa escolha reflete uma decisão em termos discursivo-interacionais, e não algo pré-estabelecido na “realidade”, já que não temos motivos para pensar que o “ensaio” seria factual, e o “editorial” hipotético em si mesmos. O que ocorre é que a menção ao “editorial” funciona como uma mudança temporária do tópico discursivo para efeito de contraponto ao mesmo, e seu papel secundário é sinalizado através de uma construção mais neutra do ponto de vista epistêmico (uso do futuro do subjuntivo).

4.1.2 MUDANÇA DE TÓPICO DISCURSIVO

Para ilustrarmos a seleção do futuro do subjuntivo como estratégia de negociação para mudança de tópico, retomaremos uma interação conversacional ocorrida no Programa Sem Censura, TVE, de 11/12/98. Trata-

se de um programa de entrevistas, em que a jornalista responsável e mais dois entrevistadores promovem um debate com os participantes que ali estão para falarem de suas atividades no meio artístico, político, científico, etc. A moldura do programa prevê que se privilegie um entrevistado por vez, com os entrevistadores elicitando os tópicos a serem desenvolvidos, mas nada impede que os outros participantes também façam perguntas a um determinado entrevistado.

No trecho que será analisado a seguir, a jornalista (LN) e mais dois debatedores (LP e FM) entrevistam um técnico do IBGE (EN), e outro entrevistado do dia (GV) intervém na conversa. O tópico elicitado foi “A qualidade da alimentação do brasileiro”:

(13) EN: então hoje (+) o cardápio do brasileiro (+) de um modo geral (+) né '' ele tá mais diversificado é isso traz uma melhoria de qualidade

LP: e cê sabe que

GV: [posso fazer uma pergunta ''

EN: lógico (+) (+)

GV: por que a a a população agrária foi desconsiderada nessa pesquisa e qual a porcentagem da população agrária (+) uma vez que eu acredito que o Brasil de dentro é muito maior que o Brasil litorâneo em termos de população

EN: e de necessidades também

GV: e de necessidades e de carências

EN: bom (+) a questão da ausência desse grupo é uma característica da pesquisa (+) né'' (+) (+) o objetivo que foi predeterminado e principalmente a variável CUSTO do levantamento (+) né'' (+) (+) é:: (+) se a gente fizesse um tipo de levantamento complexo como é (+) a pesquisa de orçamentos familiares e a os objetivos também predeterminados (+) né'' a gente teria um problema sério aí de orçamento (+) sem dúvida nenhuma (+) (+) que já é muito difícil para esse trabalho (+) SÓ PARA VOCÊS terem uma idéia (+) só para vocês terem uma idéia

GV: [o IBGE tinha a obrigação moral de fazer esta pesquisa

EN: [sim]

GV: incluindo a população agrária (+) me desculpa (+) porque eles também comem (+) se programam pela vida a fora.

EN: [não (+) lógico]

GV: o que eu acho estranho que se fala de uma região (+) me desculpe (+) Metropolitana (+) ou dos grande centros (+) é :: do eixo Rio-São Paulo-Bahia (+) até Belo Horizonte ainda foi citado (+) mas

EN: Belo Horizonte também

GV: é (+) mas (+) gente (+) o Brasil de dentro (+) (+) eu queria saber mais informações sobre ele

EN: sem dúvida (+) e um dos objetivos

LN: [quem sabe na próxima pesquisa

EN: exatamente (+) (+) um dos objetivos nossos vai ser a idéia de se fazer uma nova pesquisa (+) mais abrangente em (+) no ano dois mil (+) (+) já estamos planejando isso (+) (+) né'' (+) e em função até das necessidades da informação (+) como você mesmo citou (+) pra gente também é fundamental e ah (+) pegar exatamente esta parcela da população (+) e não existe estatística para esse grupo (+) entendeu'' então é

LN:[**se olhar essa pesquisa e der um corte nela (+) assim (+) profundo (+)** a gente pode convir que o brasileiro mudou não só o hábito alimentar mas o o os hábitos de comportamento''

EN: sim (+) da (+) exatamente essa característica (+) a a pesquisa ela (+) na verdade faz um levantamento completo da da vida das famílias (+) (+) o que gasta (+) quanto recebem (+) fontes de recebimentos de renda (+) né'' (+) todos os tipos de gastos são levantados.

No trecho conversacional acima, há uma situação de conflito implícito, na medida em que a abrangência da pesquisa do IBGE relatada por EN é questionada por GV. Ao utilizar-se de condicionais hipotéticas coordenadas com sujeito vazio, a entrevistadora LN fornece um “gancho” para mudança de tópico por seu entrevistado (e portanto, remove barreiras interacionais). Passa-se a falar de mudanças comportamentais, e não mais de mudanças alimentares.

É interessante notar ainda que o ato assertivo realizado na apódose é explicitado por “*a gente pode convir que*”, evidenciando mais uma estratégia de negociação do sentido, já que não se afirma pura e simplesmente que “*o brasileiro não só mudou o hábito alimentar, mas os hábitos de comportamento*”, mas compartilha-se com os interlocutores a responsabilidade da afirmação .

4.2 NEGOCIAÇÃO DE ATOS DE FALA DIRETIVOS

Embora os atos de fala diretivos tenham sido genericamente definidos por Searle (1969) como “tentativas do falante de levar o ouvinte a fazer algo”, o que se verifica no caso de condicionais que envolvem atos diretivos é que a gramática dessas construções leva em conta também o participante-alvo do benefício que será causado pela ação. Nesse sentido, verificam-se diferenças gramaticais entre sugestões/aconselhamentos, cujo beneficiado é supostamente o ouvinte e pedidos/convites, cujo beneficiado é supostamente o falante. Tais distinções serão detalhadas nas sub-seções a seguir.

4.2.1 SUGESTÕES E ACONSELHAMENTOS

A tendência é que, com atos diretivos do tipo *sugerir* ou *aconselhar* , o uso do presente do indicativo na prótase e do imperativo na apódose sejam privilegiados, na medida em que a imposição de uma força factual (presente do indicativo) e a explicitação da diretividade (imperativo) reforçam a sugestão ou o aconselhamento. Visto que esses atos de fala visam a beneficiar o interlocutor, tratar a situação que viabiliza a sugestão como real ou assumida, parece reforçar o poder de convencimento do falante. Esse tipo de estratégia é muito comum em anúncios publicitários, como ilustram os exemplos a seguir:

(14) **Se você não agüenta mais 0900** , ligue CIDADE.(Jornal do Brasil 7/12/98)

(15) **Se você detesta escutar gente buzinando** , ligue a JB FM (Jornal do Brasil, 5/12/98)

Nos exemplos acima, a sugestão é dirigida somente ao grupo de pessoas para quem a situação descrita na prótase pode ser assumida como fato. Nesse caso, o imperativo marca uma sugestão que se fortalece na medida em que funciona como alternativa para desconfortos reais (“*não agüentar mais 0900*”, “*não agüentar mais escutar gente buzinando*”).

4.2.2 CONVITES E PEDIDOS

Se atos diretivos como sugerir e aconselhar parecem ser realizados em benefício do interlocutor, atos diretivos tais como pedir e convidar envolvem o interesse do falante. Para que um pedido possa ser realizado ou um convite possa ser aceito, é preciso que o interlocutor demonstre DESEJO e/ou CAPACIDADE de realiza-lo ou aceitá-lo, respectivamente. Em outras palavras, a ausência de vontade e/ou habilitação do interlocutor constitui uma barreira potencial à realização de tais atos. Por esse motivo, as condicionais hipotéticas são particularmente talhadas para emoldurá-los, na medida em que sinalizam uma postura epistêmica neutra, permitindo a administração preventiva de possíveis recusas e, portanto, contribuindo para a preservação da face do falante 9 . Os exemplos a seguir ilustram esse fenômeno:

- (16) GV: e o espetáculo, **se você tiver urgência e quiser conferir** dê uma chegadoinha no espetáculo lá no teatro Glória né/no Glória.
(Programa Sem Censura, 11/12/98, convite)
- (17) **Se você puder** , me ligue hoje à tarde. (pedido)

A adoção de postura epistêmica neutra com relação às condições de felicidade para a realização dos atos de fala em questão protege a face do falante quanto a possíveis barreiras interacionais para a efetivação de tais atos diretivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação das construções condicionais no português do Brasil, sob perspectiva sociocognitiva, permitiu o detalhamento das relações entre condicionalidade e modalidade. As principais conclusões que puderam ser estabelecidas foram as seguintes:

1. As construções condicionais pragmáticas são gerenciadoras de modalidade, na medida em que atuam como imposição de forças ou remoção de barreiras no domínio interacional;

2. As escolhas construcionais sinalizam o tipo de dinâmica de forças envolvido no estabelecimento condicional de atos de fala assertivos que envolvem introdução ou mudança de tópico discursivo, a saber:

2a . [**Se SN1 V {pres ind}...**, **SN1 V {pres ind} ...**] sinaliza imposição de força para a introdução de tópico discursivo.

2b [**Se D V {fut subj}...**, **SN1 V {pres ind} ...**] sinaliza remoção de barreira para mudança de tópico discursivo;

3. As escolhas construcionais sinalizam o tipo de dinâmica de forças envolvido no estabelecimento condicional de atos de fala diretivos, a saber:

3a. [**Se SN1 V {pres ind}...**, **SN1 V {imperativo} ...**] sinaliza imposição de força para a realização de atos de fala diretivos, tais como sugestões e aconselhamentos.

3b. [**Se SN1 V {fut subj}...**, **(SN1) V {imperativo} ...**] sinaliza remoção de barreira para a realização de atos de fala diretivos, tais como pedidos e

convites.

Vale destacar que as condicionais pragmáticas listadas acima foram enfocadas no presente trabalho em função da produtividade que apresentaram nos dados conversacionais analisados, o que evidenciou a clara relação entre tais construções e o fenômeno da modalidade. A perspectiva de análise aqui adotada merece, entretanto, ser estendida a outras condicionais pragmáticas, bem como a condicionais epistêmicas e de conteúdo, com o objetivo de captar generalizações ainda mais abrangentes sobre as relações entre modalidade e condicionalidade.

NOTAS

1 Comrie (1986) ressalta que nem sempre as condicionais contrafactuais são verdadeiramente contrafactuais. O contexto pragmático pode reverter os efeitos das formas verbais supostamente contrafactuais, como é o caso do seguinte exemplo: “Se você me trouxesse um café, eu te daria um biscoito”.

2 O falante coloca-se no lugar do interlocutor não para causar o estudo de lingüística, mas para sinalizar que o interlocutor está apto para tal estudo (por exemplo, porque o interlocutor estuda letras, fala várias línguas, etc.)

3 “É minha crença que todos esses casos são inerentemente griceanos (ou searleanos), na medida em que as prótases condicionais em questão invariavelmente referem-se a alguma condição de relevância ou condição de felicidade do ato de fala relevante”

4 “A relação epistêmica que o falante tem com o mundo representado pela sentença condicional: o falante pode considerá-lo como mundo real, como distinto do mundo real, ou não saber se o mundo alternativo representado na sentença condicional é o mundo real ou não.”

5 É interessante notar que, em inglês, os exemplos (10) e (11) apresentariam o presente simples na prótase. A postura epistêmica seria definida por fatores externos à cláusula, como por exemplo informações contextuais, pragmáticas e lexicais. Em português, a gramática já estabelece uma distinção entre presente do indicativo (postura epistêmica real ou assumida) e futuro do subjuntivo (postura epistêmica neutra).

6 “Frame” está sendo utilizado aqui no sentido de Fillmore (1982), ou seja, como recorte no interior de uma determinada cena, perspectivizado pela escolha lexical.

7 Utilizamos dois *corpora* conversacionais, a saber:

a . Conversação entre professores-participantes e professor-formador do Projeto Pró-Leitura, Juiz de Fora, com o objetivo de refletir sobre suas práticas pedagógicas (120 min.);

b. Conversação entre convidados e entrevistador no Programa Sem Censura, TVE, de 11/12/98 (90 min);

8 Os sinais utilizados para a transcrição seguiram a proposta de Marcuschi

(1986):

Sobreposição de vozes: [; Sobreposições localizadas [] ; Pausas (+) , para cada 0.5 s;

Truncamentos bruscos: / ; Alongamento de vogal :: ; Ênfase: MAIÚSCULA.

9 A noção de pares adjacentes, tais como pergunta-resposta, cumprimento-cumprimento, convite-aceitação, desculpa-minimização, como unidades fundamentais da conversação (SCHEGLOFF & SACKS 1973, GOFFMAN 1976) relaciona-se à noção de organização preferencial. As segundas partes potenciais de um par adjacente não têm status idêntico, podendo ser preferidas ou despreferidas. No caso de convites, a recusa é despreferida; no caso de pedidos, a despreferência recai sobre a não-realização dos mesmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTIN, J.L. Ifs and Cans. In *Philosophical Papers*. Oxford: Clarendon Press, 153- 80, 1961.

AUSTIN, J.L. *How To Do Things With Words*. London: Oxford University Press, 1962.

CHAFE, W. Integration and Involvement in Speaking, Writing and Oral Literature. In Deborah Tannen, ed., *Spoken and Written Language: Exploring Orality and Literacy*. Norwood, N.J.: Ablex, 1982.

CHAFE, W. *Discourse, Consciousness and Time: The Flow and Displacement of Conscious Experience in Speaking and Writing*. Chicago & London: The University Of Chicago Press, 1994.

COMRIE, B. *Conditionals: a typology*. In E.C. Traugott, A. ter Meulen, J. Snitzer Reilly, and C.A.Ferguson (eds.), Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

CUTRER, M. *Time and Tense In Narrative And Everyday Language*. Ph. D. diss., University of California, San Diego, 1994.

DANCYGIER, B. *Conditionals and Prediction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

DANCYGIER, B.; SWEETSER, E. Conditionals, Distancing, and Alternative Spaces. In A . Goldberg, ed. *Conceptual Structure, Discourse and Language.*, 83-98. Stanford, California: CSLI Publications, 1996.

FAUCONNIER, G. *Mental Spaces: Aspects of Meaning Construction in Natural Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

FAUCONNIER, G. *Mappings in Thought and Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FILLMORE, C. Frame semantics. In Linguistic Society of Korea, ed., *Linguistics in the Morning Calm*, 111-138. Seoul: Hanshin, 1982.

- FILLMORE, C. Epistemic Stance and Grammatical Form in English Conditional Sentences. *Papers from the Twenty-sixth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*, 137-162, 1990.
- FILLMORE, C.; KAY, P. *Construction Grammar*. Ms, University of California, Berkeley, 1993.
- GOFFMAN, E. *Gender Advertisements*. New York: Harper, 1976.
- GOLDBERG, A. *Constructions*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- HAIMAN, J. Conditionals are Topics. *Language* 543, 564-589, 1978.
- HAIMAN, J. *Constraints on the form and meaning of the protasis*. In E. Traugott, A. ter Meulen, J. Snitzer Reilly, and C. A. Ferguson (eds) *On Conditionals*, 1986.
- LABOV, W.; WALETZKY, J. *Narrative Analysis: Oral Versions of Personal Experience*. In June Helm, ed. *Essays in Verbal and Visual Arts: Proceedings of the Annual Spring Meeting of the American Ethnological Society*. Seattle: University of Washington Press, 1967.
- LAKOFF, G. *Women, Fire and Dangerous Things: What Categories Reveal about Mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- LAKOFF, R. *The Logic of Politeness: or minding your p's and q's*. Proceedings of The Ninth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society, 292-305, 1973.
- LANGACKER, R. *Foundations of Cognitive Grammar*. Vol. 1: Theoretical Prerequisites. Stanford, Calif.: Stanford University Press, pp.409-10, 1987.
- MARCUSCHI, L. A. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1986.
- SCHEGLOFF, E. A; SACKS, H. Opening up closings. *Semiotica*, 8:289-327, 1973.
- SEARLE, J.R. *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge & Cambridge University Press, 1969.
- SWEETSER, E. *From Etymology to Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- SWEETSER, E. Mental Spaces and The Grammar of Conditional Constructions. In Sweetser & G. Fauconnier, eds, 318-333. *Spaces, Worlds and Grammar*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.
- TALMY, L. *Force dynamics*. Paper presented at the conference on Language and Mental Imagery, May 1981, University of California at Berkeley, 1981.
- TALMY, L. *Force dynamics in language and cognition*. *Cognitive Science* 2. pp. 49-100, 1988.
- TANNEN, D. *Talking voices*. New York: Cambridge University Press, 1989.

